

# Sindemia, Educação, Etnicidade e Ensino Superior: uma aproximação necessária

*Mario Olavo da Silva Lopes*

Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria, mosilvalopes@gmail.com

*Júlia Antunes de Oliveira*

Colégio Tiradentes da Brigada Militar de Santa Maria, juliaantunes.oliveira@gmail.com

*Edward Castro Pessano*

Universidade Federal do Pampa, edwardpessano@unipampa.edu.br

## Conjuntura inicial - *Reset the world* (Reinicie o mundo) - Sindemia

Estamos vivendo atualmente um momento pós sindemia SARS-COV-2 e muitas coisas em nossa aldeia global foram alteradas e se tornaram perceptíveis por cada um de nós. Faz necessário, justificar o uso da expressão “sindemia”, de acordo com o médico e antropólogo estadunidense Merrill Singer, a expressão refere-se a junção de duas ou mais doenças, ou seja, neste caso, a COVID-19, aliada a patologias, já recorrentes, câncer, infecções, doenças cardíacas, entre outras. Logo, muitas mudanças iniciaram com este processo sindêmico, profissionais de diversas áreas, tiveram que se adaptar, transmitir informações via *home office* (trabalhar a partir de casa), jornalistas transmitiam de suas casas, para a central de mídia, as grandes corporações, multinacionais ou transnacionais, optaram por deixar os seus colaboradores em *home office* também, isto no mundo inteiro, na educação, não foi diferente, nós professores tivemos que aprender a usar as tecnologias, para continuar dando nossas aulas, agora de maneira remota, *home school*. Muitos países praticamente não sabiam o que fazer, qual a melhor ação, *lockdown* (quando o estado, restringe a circulação de pessoas), distanciamento social, imunidade de rebanho, enfim, tantas mudanças, tantos problemas, como enfrentá-los? Não temos uma resposta única, mas aos poucos as nações e a sociedade foram se organizando, realizando ações, que permitiram o combate ao vírus e as mazelas causadas por ele.

Nesta aldeia global, vivemos tantos negacionismos e acertos por inúmeros líderes políticos mundiais, e nos deparamos, em especial em nosso país, com líderes que não acreditavam (ou passam uma imagem que não acreditam) na sindemia.

Percebemos que mesmo ocorrendo a mudança na esfera política nacional, algumas ideias, práticas, discursos continuam sendo defendidos por muitos de nossos líderes, como por exemplo ações de combate às desigualdades, políticas sociais de inclusão. De acordo com Montañó (2012), é necessário que o Estado possibilite condições para a prosperidade de determinado grupo social, pouco favorecido, empobrecido principalmente com o advento da pandemia.

Inúmeras ações relatadas na imprensa escrita, virtual, televisiva diariamente nos últimos anos, tem mostrado muitas insatisfações da população relacionado às ações políticas. Isto somado a índices relacionados à economia de nosso país, políticas públicas não executadas pelos entes colaborativos da república, e uma corrupção endêmica em nossa sociedade, em especial nas áreas de gestão pública, que gera um grande ônus ao nosso país (Souza; Lamounier, 2006).

Destacamos aqui outros dois aspectos neste momento sindêmico: educação e desigualdade social, ambos relacionados com os temas abordados anteriormente. Realizando uma breve reflexão, quanto mais corrupção tivermos em nosso país, menos investimentos ocorrem na área da educação, e porventura, muitos educandos, não terão a oportunidade de ascenderem socialmente de seus ambientes socioeconômicos adversos.

A desigualdade social em nossa nação foi muito discutida neste período nebuloso e adoentado de nossa sociedade. Esta desigualdade é histórica, um problema difícil de ser resolvido, ou talvez, com pouca vontade política de muitos de nossos líderes em resolvê-lo. Diversos líderes passam pela governança de nosso país, muitos querem e tentam reduzir a desigualdade, outros passam de largo em relação a este assunto.

Sobre esta questão econômica, vejamos que, de acordo com dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), podemos verificar mudanças no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é uma maneira de mensurar, de forma resumida, ações de longo prazo em três áreas do desenvolvimento humano, a saber: renda, educação e saúde. A criação deste índice relaciona-se como um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB), esse último trata apenas da questão econômica.

Logo, de acordo com o IDH em um ranking de 189 países, no ano de 2018 (pré sindemia) o Brasil estava na posição 79º, já no ano de 2019 (não sindêmico, pois o processo pandêmico iniciou-se em dezembro de 2019) a posição do Brasil foi 84º, uma queda de cinco posições, de acordo com o relatório do PNUD, não estando relacionada com os danos econômicos gerados pela sindemia. Ressaltamos que no próximo relatório nós teremos índices que apontam as questões sindêmicas e ações nefastas ou assertivas de governantes, pois estas refletem diretamente nos índices mensurados pelo IDH, saúde, renda e educação.

Então, percebemos uma relação direta entre estes fatores mensuráveis, principalmente nos

últimos anos supracitados (2018, 2019 e 2020), porque tivemos um processo pandêmico que envolveu todas as nações do mundo, fazendo com que a economia nacional e internacional fosse afetada, aspectos que influenciaram diretamente na renda da população, algumas pessoas aumentaram a sua renda (concentração de renda nas mãos de poucos) e uma massa da população mundial, em especial a brasileira teve uma perda em sua renda, parcial ou total. Ambos os aspectos influenciaram na educação de nossas crianças, jovens e adultos.

## **Educação e sindemia - mudar é preciso**

A educação foi uma das últimas ações, no momento sindêmico, pensada pelos sistemas de gestão pública, sendo que em um primeiro momento, simplesmente as aulas presenciais foram canceladas, e a maioria da comunidade escolar ficou aguardando orientações.

Logo, iniciamos um sistema de ensino remoto, denominado de *Home School* (aulas a partir de casa), em contraponto ao *Home Office*. Nesta modalidade, conseguimos dialogar com os educandos através de salas de aulas virtuais, espaços em que professores e alunos tiveram que adaptar-se para esta nova realidade.

Mas nem tudo é um jardim florido, nos deparamos com um abismo de diferença, no qual observamos que os alunos de nossas instituições de ensino privado têm acesso à internet e aos mecanismos para realizar este acesso. Já nossos alunos das instituições públicas, muitas vezes não têm o mesmo, e neste momento economicamente falando, muitos de nossos educandos, em especial nas periferias, tiveram que abandonar seus estudos para trabalharem junto aos seus familiares, com intuito de sobreviverem a tal momento.

Salientamos aqui, o momento profissional dos professores, muitos tem inúmeras dificuldades ou resistências em utilizar as tecnologias, e durante o processo sindêmico, tiveram que se adaptar, buscar formas de realizar suas aulas de maneira remota, para muitos profissionais, foi um momento desesperador, muito adoeceram, mas com certeza uma grande aprendizagem para todos, apesar de que muitos professores ainda tem certa dificuldade e ou resistência com as tecnologias.

Neste cenário, pensamos ser necessário falar brevemente sobre um ponto que foi crucial para o abandono dos jovens nas escolas públicas durante a pandemia e tem sido determinante muitas vezes para que o jovem possa seguir seus estudos no que diz respeito ao universo acadêmico, falamos em evasão escolar.

Logo, esse fenômeno que ocorre em todos os níveis de ensino (Felicetti; Fossatti, 2014); (Lobo, 2012): a evasão, nem sempre é debatida como deveria. Mas nos últimos anos, temos alguns estudos e muitos debates sobre este processo, pois a evasão acaba interferindo diretamente e de forma negativa, nos professores de formação acadêmica e gestão universitária, que muitas vezes acaba gerando um problema de ordem financeira às instituições (Gomes *et al.*, 2010).

Como todo o processo de pesquisas acadêmicas, sabemos que quanto mais estudos sobre uma área ou tema é realizado, a abrangência acaba sendo maior e suas compreensões também, para que possamos buscar os fatores determinantes destas ações (Lobo, 2012). Outro aspecto que destacamos é que socialmente ou popularmente nos corredores de nossas instituições e escolas, em conversas informais, dialoga-se falando sobre o sistema de cotas, seus ingressantes e como estes decorrem seu processo de acesso, permanência e conclusão de seus cursos superiores.

Pensamos que indiferente às questões políticas ou de gestão, temos que ter a ideia de que educação é um assunto que historicamente em nossa sociedade é debatida por toda a sociedade, não apenas por profissionais desta área. Percebemos que toda vez que o Estado acaba valorizando as ações educativas, temos um desenvolvimento de todas as áreas diretamente ou não interligadas à escola e com a sociedade. Como professores, pensamos que todas as ações podem colaborar para que no futuro possamos ter maior comprometimento da sociedade com a educação, uma cultura do estudo, da busca pelo conhecimento, pela ciência e não apenas esta cultura da rede social, das *fake news*, entende-se por este último, as informações, notícias falsas, inverdades.

A desigualdade social em nosso país acaba por interferir em um aumento nas relações do educando com a permanência na escola e seu aprendizado, muitas vezes estes jovens precisam auxiliar na aquisição de renda familiar, fazendo com que isso influencie em seu desempenho no banco escolar. Em relatório do MEC sobre o IDEB no ano de 2019, o próprio governo reconhece os problemas enfrentados em relação à evasão escolar, quando salienta que os índices registrados foram melhorados em todos os níveis da educação, mas salienta que a pandemia pode forçar a evasão no Ensino Médio e que devemos combatê-la (MEC/IDEB 2020). Percebemos que o sistema público ignora, ou não relaciona que a evasão poderá ocorrer em todos os níveis de ensino, principalmente nas escolas de periferia.

Já apontamos características da educação básica, agora vamos abordar o aspecto relacionado a educação em nosso país, o ensino superior. Uma nação consegue maior desenvolvimento social, político, ético, científico, humano, se ocorrer um fortalecimento da educação superior.

Em nosso país, temos uma cultura de que uma das formas, se não a principal de ascender socialmente, é o ensino superior. Sabemos que na conjuntura econômica que vivemos, ter o curso superior não quer dizer que você está com a vida ganha, mas a chance de ir para o mercado de trabalho com provisões salariais; melhores do que aqueles que não têm o ensino superior, é grande.

O Estado tem como uma de suas premissas, proporcionar condições para que a população tenha oportunidades igualitárias de acesso ao Ensino Superior e oxalá pudesse ser através de uma educação básica de qualidade e com equidade em todas as camadas sociais e claro gratuita.

Mas, no cenário em que vivemos, ainda temos inúmeros conflitos e preconceito entre as etnias e a hostilidade, o menosprezo e o sentimento de superioridade de algumas etnias sobre o povo negro se manifesta. Esta problemática tem ocorrido com frequência no Brasil e no mundo, segundo Silva (2011) “o ocultamento da diversidade no Brasil que o vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade”.

## Educação e etnicidade - aproximação necessária

Quando olhamos para a nossa composição social e percebemos uma diversidade racial e cultural, podemos pensar que é uma coincidência o negro ser o mais pobre, desempregado e de menor escolaridade. Como aponta Barbosa (2002), seguimos percebendo que é o mais afetado pela pandemia e recebe os menores salários. Percebemos que tudo passa a ter como características as questões de racismo, onde Almeida (2018) corrobora com esta colocação, enfatizando que temos uma conformação histórica, na qual o racismo opera como uma forma sistêmica de discriminação, através de práticas conscientes ou não, com desvantagens a determinado grupo.

Em nossa sociedade é complexo entender o ódio do outro, legitimado pelo medo do outro, isto nos é passado desde a infância, como atitudes infantis, mas ainda persistentes. A sociedade teme o diferente, parece que recusa o que o outro compartilha, a convivência, a humanidade.

Outra percepção, ainda de acordo com Barbosa (2002), a sociedade precisa de um ser humano considerado estranho, não-cooperativo, não-civilizado, este ódio, acabou sendo legitimado no Brasil, por elementos e mecanismos que propuseram tais exclusões. Do advento da Proclamação da República até a eleição de Vargas, período intitulado de República Velha (1889-1930), muitas cidades do Brasil excluía os negros de seus educandários. Após este período, esta exclusão continuou disfarçada de expulsão, evasão, retenção ou a famosa “lista negra”.

Algumas observações possíveis de serem construídas em nosso país estão vinculadas à etnocultural negra, que ocupa muitas vezes o último lugar em nossa sociedade e/ou muitas vezes é negado a esse grupo uma maior participação social, e de certa forma há uma elite branca que mantém um imaginário e ações racistas.

Nas obras de Barbosa (2002) e Almeida (2018), ambos debatem que a comunidade negra, é um grupo fundamental para a construção de nosso país, em vários sentidos. Mas tem uma experiência histórica negativa, escravidão, que transformam toda e qualquer democracia racial em um processo lento. Na educação acaba vindo à tona um processo de melhorias para esta comunidade, como as ações afirmativas, estas, tem são políticas de combate a discriminações, étnicas, sociais, entre outras. Estas ações, visam proporcionar a participação de minorias sociais em processos políticos, sociais e educacionais.

Ao falar em comunidade, este espaço acaba transformando a ordem social, proporcionando muitas vezes rupturas com a ideologia cultural dominante. Ou seja, em nossas comunidades, em especial a negra, temos um componente negro, do negro e para o negro, sua identidade, mas que muitas vezes acaba sendo usurpada pelos brancos, ou não negros. Isto porque esta cultura se desloca, como afirma Burke (2003), devido ao fato de vivermos em uma sociedade, multicultural.

Este processo multicultural acaba permitindo nos focar as minorias sociais, grupos sociais que não são minorias em números absolutos, mas sim, em destaque social, voz e participação ativa em nossa sociedade. Como trás Skidmore (2012), em nossas periferias ou áreas centrais, temos conflitos entre

quadrilhas, forças de repressão, polícia, vandalismo, muitas vezes atribuídos a algumas minorias sociais e estas ações muitas vezes vedam o convívio cultural dos negros.

Todavia, quando recusamos trabalhar com a diferença, em uma sociedade multicultural, acabamos por excluir alguém, o diferente, isso faz com que nossa sociedade consuma muita energia com práticas negativas e que não reduzem o preconceito, racismo, etc.

Precisamos de um grande esforço em nossa sociedade para permitir que ações de exclusão, sejam reduzidas, oxalá fossem esquecidas no mundo, sonho, utopia. Pois como afirma Almeida (2018), citando Hegel, filósofo dos séculos XVIII e XIX, este que durante o movimento iluminista afirmou que os africanos seriam “seres sem história, bestiais, envoltos a ferocidade e bestialidade”. Nesta análise percebe-se a associação do negro com animais, seres sem cultura, na visão europeia, e nestes dois séculos, este preconceito tem piorado em muitos lugares do mundo.

Acreditamos que independente do que ocorreu na história da humanidade, temos que ser sujeitos históricos, acionários e permitir reflexões e ações que possam possibilitar o crescimento de ações não racistas. “Não importa o que aconteceu, encontre um culpado.” (Barbosa, 2002), enfatizando que devemos buscar resolver estas situações e não deixar para o amanhã.

Em uma sociedade culturalmente híbrida, conforme Burke (2003), geralmente os culpados são identificados pela sua posição social, ou possuem indicadores étnicos - pele. Então acreditamos que devemos unir esforços para que possamos como universidade, como cientistas, propor reflexões, indicativos, ações para que nossa sociedade reflita toda e qualquer ação que destrata as minorias sociais, negros, mulheres, ameríndios, povos originários, comunidade LGBTQIA+, todos e todas que precisem de uma voz. Em especial, vamos trabalhar com a etnia negra e a ação afirmativa, cotas.

## **Ensino Superior - Oportunizar a minoria**

Em relação a estes aspectos, percebemos que não passa única e exclusivamente por uma busca unitária, mas sim, pelo desejo de uma parte da população em combater as mazelas das desigualdades que ocorrem em nossa nação. Mas, necessitamos de uma força política, coesa, que ao observar políticas públicas inclusivas, como as ações afirmativas, possam pensar em acesso ao ensino superior, bem como a permanência do aluno, para evitar o processo de evasão e ou retenção.

A expansão do ensino superior nos últimos anos, principalmente de instituições federais, permitiu ou promoveu o aumento da oferta de vagas, em áreas geográficas que anteriormente não tinham acesso a instituições gratuitas, proporcionando uma democratização do acesso ao ensino superior.

Devemos pensar e defender nossas instituições de ensino com a ideia de que estas têm um papel grandioso no contexto educacional e no contexto social em que estão inseridas. Segundo a CF de 1988, em seu artigo 207, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Nesta conjuntura, dos anos 2000 até o presente, destacam-se algumas ações promovidas pelo MEC, relacionadas ao ensino superior público. Ação primeira: Programa de Expansão da Educação Superior Pública / Expandir; este com ações focadas entre os anos de 2003 a 2006, logo, seu objetivo foi a interiorização das universidades no território brasileiro, levar ensino superior público e gratuito a regiões desassistidas. A segunda ação governamental foi a ampliação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão de Universidade Federais), no período de 2007 a 2012, este plano traçou como meta para sua execução; proporcionar às universidades condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência (Brasil, 2007):

Somando ao que já elencamos, trazemos à tona a criação da “lei de cotas”, que foi proposta como uma forma de universalizar o acesso ao ensino superior público em nosso país, proporcionando uma democratização no acesso. A referida Lei nº 12.711 / 2012, versa sobre vagas para estudantes de escolas públicas e também de algumas divisões percentuais para alunos baixa renda, ameríndios e negros, este dispositivo legal, vem somar a ações para a redução das desigualdades em nossa nação.

O lugar em que estudamos e que será nosso *locus* de estudo, a Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa), é fruto de um enorme esforço realizado por muitas mãos. A referida instituição foi criada pela Lei federal nº 11.640 de 11/01/2008, e está situada em dez municípios do sul e da fronteira oeste do Rio Grande do Sul: Alegrete, Bagé (Reitoria), Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

Através de um acordo de cooperação entre o MEC, a UFPel e a UFSM; foi proporcionado que as atividades de ordem administrativas e acadêmicas pudessem iniciar anteriormente a promulgação da lei, no ano de 2006. Antes da criação da Unipampa, o estado do Rio Grande do Sul possuía instituições superiores de ensino pública nas cidades de Santa Maria (UFSM), Pelotas (UFPEL), Rio Grande (FURG) e em nossa capital, Porto Alegre (UFRGS).

O processo de inclusão e regionalização da Unipampa na fronteira sul e oeste do estado, proporcionou o acesso ao ensino superior. É uma possibilidade de um futuro melhor para a juventude e adultos, que desejam ingressar no ensino superior.

Ressaltamos uma descrição de um relatório do MEC, denominado de “A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014”, este texto nos traz a ideia de que “o processo de democratização compreende reverter o quadro no qual ir à universidade é opção reservada às elites” (Brasil, 2014, p. 19). Fazemos um bom debate sobre o que seriam as “elites”. Podemos nos referir de duas maneiras a denominação de elite.

Podemos considerar elite, aquelas pessoas que moram próximo às cidades que possuíam instituições de ensino superior anteriormente à fundação da Unipampa, ou seja, elite no sentido de serem privilegiadas de terem em seus municípios ou proximidades tais instituições. E também podemos designar de elite, aqueles que poderiam pagar, cursos preparatórios para passar nos concorridos vestibulares de tais universidades. E que devido a pertencerem a classes financeiras mais abastadas, poderiam manter seus jovens longe de suas cidades natais (caso quisessem estudar fora), arcando com um investimento alto, envolvendo moradia, transporte, recursos básicos.

A expansão do ensino superior nos faz pensar em outros aspectos, fatores, que devem ser refletidos. Temos hoje uma forma de ingresso diferente no ensino superior, os tradicionais e concorridos vestibulares locais abriram espaço para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), este proporciona uma concorrência de toda a nação, por determinada vaga em uma universidade. Esta ampliação de oferta de vagas, traz ao espaço universitário, jovens e adultos de diversos contextos, sendo complexo inferir se a evasão e retenção, está associada apenas à sua vida estudantil pré universidade.

Temos uma situação vivenciada em nossa sociedade que demonstra a necessidade de a universidade responder aos anseios da comunidade em geral. Informações da página da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação (Proplan) da Unipampa mostram por exemplo, que no ano de 2019, 1.026 alunos concluíram suas graduações nos dez campus. Mas, inversamente a estes dados, 2.351 alunos evadiram da universidade, os principais motivos que levam à evasão são o abandono de curso e o cancelamento de matrícula.

Percebe-se aqui um grande problema, devido aos dados observados, temos o número de evadidos, bem superior ao número de alunos concluintes. A instituição está preocupada com este problema, reconhecendo que é uma situação crítica, no Relatório Integrado de Gestão do Exercício de 2019 é discutido o referido assunto com algumas possibilidades de resolução deste problema (Unipampa, 2020, p. 58):

Entre os desafios atuais, está o combate aos altos índices de evasão e retenção. Segundo o Relatório Andifes (2018), a evasão de estudantes é um fenômeno complexo e comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Diante desse cenário, foi constituída pela UNIPAMPA a Comissão Especial para Acompanhamento da Evasão e Retenção (CAER), a qual tem realizado estudos que visam a identificar o contexto das taxas de evasão e retenção dos cursos de graduação; os fatores internos e externos que contribuem para a ocorrência do fenômeno, considerando as peculiaridades dos cursos e dos campi; definir e desenvolver a metodologia de coleta de dados e de trabalho; estabelecer estratégias de ação voltadas à redução dos índices, a serem institucionalizadas através do Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Evasão e Retenção.

Em relação ao que leva o educando a evadir, é complexo, somente através de estudos para identificar o que levaria o mesmo a abandonar seus estudos. Alguns pontos são relatados em documentos, como as Diretrizes Gerais do REUNI, trazem pontos importantes a serem pensados, o investimento em cursos de graduação privados, o que nos leva a deduzir que “a ampliação das vagas na educação superior pública torna-se imperativa para o atendimento da grande demanda de acesso à educação superior” (Brasil, 2007, p. 7).

Outro aspecto que, como educadores percebemos nas salas de aula, é que ocorre uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional, pessoas muitos jovens, imaturas, decidindo uma profissão, além de tudo submetida a um sistema de seleção pontual e socialmente excludente para ingresso na graduação. Tais pontos poderiam estar influenciando nos índices de evasão, em nossa sociedade, imaturidade diante da escolha dos cursos, imaturidade social, crise financeira, deixar de estudar para trabalhar dentre tantas outras possibilidades.

Entendemos que somos desafiados dia a dia, como pesquisadores, educadores, seres sociais, e que a sociedade deve conhecer mais sobre as ações afirmativas e suas benesses para a sociedade. A partir dos anos 2000, muitas IES começaram a adotar sistemas de divisão de suas vagas, cotas. Esta adoção foi voluntária, mas com a criação da Lei de Cotas - 12711/12, estas propostas a partir da lei foram regulamentadas. Segundo Bezerra e Gurgel (2012), a partir deste dispositivo legal, tivemos mais uma tentativa de reduzir a exclusão de educandos de classes desfavorecidas, permitindo a democratização do acesso ao ensino superior.

O ambiente acadêmico, sempre foi um ambiente multicultural, ainda mais em nosso país, que tem uma grande diversidade cultural, como afirma Burke (2003). Mas esta diversidade, devido ao aspecto tradicional dos vestibulares em nosso país, acabava transformando as IES em espaços multiculturais elitizados, por que muitas vezes quem ingressa na graduação é fruto de uma classe social mais elevada, que passou por cursos preparatórios, assim como famílias que não conseguiram enviar seus filhos para as cidades “polos” das IES. Logo o processo de ações afirmativas, com o advento da Lei de Cotas, também auxiliou a tornar o espaço acadêmico socialmente diversificado, com pessoas de várias classes sociais, culturalmente plural, com pessoas de inúmeros lugares de nosso país.

O Relatório Integrado de Gestão do Exercício de 2019, traz a informação de que evasão e retenção de alunos fazem parte de um ciclo que precisa ser enfrentado pelas instituições de ensino, em especial pela Unipampa, foco do relatório e deste estudo. Estas ações, de acordo com o documento, devem ser realizadas objetivando a redução do processo de retenção e evasão. Em relação às ações destacam fortalecer apoio aos discentes; a partir do ingresso, permanência, visam também engajar os estudantes, como forma de provocar o sentimento de pertencimento a Universidade, assim como atentar para às “perspectivas da comunidade acadêmica acerca dos processos e dos cursos, considerando as realidades e os contextos emergentes” (Unipampa, 2020. p. 59).

Neste processo de pesquisa queremos entender as relações existentes entre o processo de ações afirmativas, evasão escolar de alunos cotistas dentro dos cursos da área da saúde; acreditamos ser pertinente tais aspectos investigativos para que possamos verificar se há relativa diferença entre evasão de cotistas e não cotistas. Sempre que trazemos à tona a temática cotas, ações afirmativas, surgem inúmeras questões, debates, dúvidas, que são difíceis de ser elucidadas de forma fácil, por serem temas muitas vezes subjetivos.

Dada a conjuntura inicial, esta pesquisa, foi realizada na Unipampa, campus Uruguaiana, a saber nesta unidade acadêmica é ofertado à comunidade oito cursos de graduação em Engenharia de Aquicultura, Ciências da Natureza, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária. Conta também com cursos de pós-graduação divididos em: *Especialização* - Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Residência Integrada em Medicina Veterinária; Fisioterapia Neonatologia e Pediatria; Atividades Físicas e Saúde; Gestão em Saúde. *Mestrado* - Ciência Animal, Educação em Ciências, Ciências Farmacêuticas, Bioquímica; *Doutorado* - Ciência Animal, Educação em Ciências, Bioquímica, Ciências Fisiológicas.

## Considerações finais

Percebe-se o quanto o assunto evasão e retenção é importante, logo, procuramos com este capítulo, buscar maneiras de compartilhar nossa angústia de ver tantos jovens, jovens adultos, evadirem e adiarem o sonho de concluir um curso superior, muitas vezes esbarrando em questões financeiras.

Acreditamos que essas ações podem estimular e promover um maior conhecimento sobre as ações afirmativas e suas consequências, bem como um maior entendimento sobre o processo de entrada e saída de acadêmicos nos cursos da área da saúde, através de análise de dados de cunho público sobre os cursos e discentes, proporcionando uma maior compreensão destes assuntos tão polêmicos.

Constatamos que existe uma grande lacuna no que se relaciona a pesquisas sobre o tema, bem como no que relaciona a formação dos educandos com o número de evadidos, mostrando a necessidade de aperfeiçoar as políticas de afirmação com a política de permanência. Sugerimos aqui a leitura da tese ao qual este capítulo faz referência.

Nossa pesquisa, ao versar sobre o fenômeno evasão e retenção, em cursos da área da saúde, se estabelece uma visão mais ampla sobre o assunto, permitindo que possamos pensar, quando educadores, em estratégias para buscar evitar esse processo de evasão e retenção. Reiteramos que as propostas devem ser locais, em virtude das peculiaridades de cada região do Brasil, peculiaridades como estrutura social, ideias sociais, entre outras. Desejamos que mais estudos sobre o caso sejam realizados.

Relatamos aqui a percepção de que os alunos cotistas, pudessem estar representando um maior número de evasão dentro da Universidade, acreditamos que devido a sua classe social, menos favorecida, pode contribuir para este fator. Bem como a relação com escola pública; percebemos que o grau de ensino e aprendizagem não é equivalente com o sistema privado. E esta pesquisa nos demonstrou, que, evidencia-se isto, a partir do momento em que temos inúmeros alunos que evadem dos cursos, quando comparamos com os formandos.

Em relação a uma possível revisão, ampliação das políticas de ação estudantil, observando principalmente aqueles estudantes que estão em situação de risco, ou em vulnerabilidade social, para que estes não venham nem a evadir, nem a desistir de sua formação acadêmica.

E, uma ação também importante como as demais citadas, seria a formação continua dos servidores, professores, técnicos, comunidade acadêmica em geral, assim, fazendo com que o processo de inclusão, pedagógico, social, e o sentimento de pertença a Universidade, pulse mais forte, em especial nos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Conclui-se portanto, que é fundamental repensar a forma como a evasão e retenção ocorre dentro do âmbito de alunos cotistas e não cotistas em nossas universidades. Para que possamos pensar estratégias de auxílio a nossos educandos e assim, nossas universidades, e promover uma educação mais equitativa.

Com certeza, temos que avançar e continuar construindo pesquisas que abordem questões sociais, econômicas e políticas, que abarquem e influenciem o comportamento educacional. Esses dados destacam a relevância de pesquisas sobre as percepções.

## Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2018.

BARBOSA, Wilson do N. **Cultura negra e dominação**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. R. M. A Política Pública de Cotas em Universidades enquanto instrumento de inclusão social. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 95-117, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/12650/9213>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm). Acesso em: 16 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 - 2014**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192). Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BURKE, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.

FELICETTI, V. L.; FOSSATTI, P. Alunos prouni e não prouni nos cursos de licenciatura: evasão em foco. **Educar em Revista**, Universidade Federal do Paraná, n. 51, p. 265–282, 2014.

GOMES, M. J.; MONTEIRO, M.; DAMASCENO, A. M.; ALMEIDA, T. J. S. Evasão Acadêmica no Ensino Superior: Estudo na Área da Saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/278>. Acesso em: 13 maio 2021.

LOBO, M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Cadernos**, v. 25, 2012.

MONTAÑO, C. Pobreza, 'questão social' e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004). Acesso em: 04 nov. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília: PNUD, 2015. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/acompanhando-a-agenda-2030.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, Petronilha B. G. Aprender, ensinar e relações etnicorraciais no Brasil. In: FONSECA, Marcus. *et al.* **Relações etnicorraciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2011. 11-38.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, A. de; LAMOUNIER, B. O futuro da democracia: cenários político-institucionais até 2022. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 43-60, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28626.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório Integrado de Gestão do Exercício de 2019**. Bagé, 2020. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2020/09/1relatorio-integrado-de-gestao-2019-c.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.